

Relações e conflito de trabalho no campo

José Flávio Bertero

Professor do Depto. de Sociologia da
Unesp Campus Araraquara

Tudo isso foi possível, por que, no bojo das transformações da agricultura surge uma nova geração de trabalhadores rurais, já afastada, há muito, da propriedade dos meios de produção, ou que nunca fora proprietária destes meios.

O movimento da mão-de-obra segundo as oscilações do mercado de trabalho causa, sem dúvida, uma dispersão dos trabalhadores. No entanto, à medida que esses trabalhadores começam a se fixar em grande número na periferia das cidades circunvizinhas aos locais de trabalho, mais freqüentemente usinas, plantações de cana e de laranja, formando as chamadas "cidades dormitórios"¹, vai se desenvolvendo uma maior aproximação entre eles, mediante a identificação de problemas comuns e o estabelecimento de formas de solidariedade.

Ao mesmo tempo em que isso acontece, emerge um sindicalismo rural mais combativo², com novas lideranças, algumas das quais constituídas por volantes, e cujas reivindicações podem ser resumidas na melhoria das condições de trabalho e de vida (Alves, F. da C., s.d.). Tudo isso foi possível, por que, no bojo das transformações da agricultura surge uma nova geração de trabalhadores rurais, já afastada, há muito, da propriedade dos meios de produção, ou que nunca fora proprietária destes meios.

Esta nova geração de trabalhadores é, em grande parte, formada por filhos de volantes ou, quando não, oriundos de outras atividades bastante distanciadas, pelas particularidades que encerram, do domínio do ofício, como sucedia com o colono, o parceiro, o empreiteiro, os pequenos arrendatários e proprietários anteriores aos anos sessenta, que conheciam as estações, as variedades de solo, os tratamentos culturais, as épocas de plantio, colheita, as pragas e doenças, etc (Bertero, J.F., 1991, cap. 1; Cândido, A., 1964, cap. 8 da 2ª parte; Brandão, C.R., 1981, cap. 3; Abromoway, R., 1985, p. 48).

Esse saber do trabalhador já lhe havia sido expropriado e substituído por um novo saber: o técnico-científico, o qual por não lhe per-

tencer, escapa-lhe ao controle. Ao trabalhador, cabe agora executar tarefas específicas e simples, como as de cortar cana, apanhar laranja, colher algodão ou café, carpir, etc., o que apesar de ainda requerer uma certa habilidade e destreza, não mais exige de sua parte, uma ampla aprendizagem. Esse fato faz com que perca a sua anterior qualificação e, portanto, o seu virtuosismo (Alves, C.F.J. da, s.d., p. 3; Fischer, A.L. et al. 1987, p. 67-80)³.

A industrialização do campo o desqualifica. Ao fazer isso, simplifica o seu trabalho, efetivando o seu caráter abstrato⁴. Nisso reside o segredo da sua mobilidade por entre as várias atividades rurais e urbanas, suposto e resultado da unificação do mercado de trabalho, e que caracteriza o fluxo de mão-de-obra a que nos referimos no início do presente texto.

Assim formados no meio da divisão social do trabalho, esses trabalhadores distanciaram-se tanto da produção rural à antiga, isto é, realizada nos moldes tradicionais,

1. Constituindo-se na mão-de-obra fundamental na colheita da cana-de-açúcar, esses trabalhadores, como se verá a seguir, sem especialização, vêm-se na contingência de aceitar qualquer trabalho durante a entressafra. Trabalhando no campo em certas épocas do ano, eles concentram-se nas periferias das grandes e médias cidades, mas também nas cidades de pequeno porte, tidas como dormitórios, onde em geral não dispõem de captação de esgotos, os quais correm pelas ruas, nem de creches, nas quais possam deixar os seus filhos, isto sem falar da assistência médica, sempre deficitária. (Equipe Fase, 1989, p. 34; Baccarin, J.G. et al., 1988, p. 18-9)

2. Tem-se, desde então, além da criação de sindicatos de trabalhadores rurais constituídos basicamente de volantes, como é o caso de Guariba, por exemplo, a tentativa destes em tomarem, via eleições, os sindicatos já existentes, mas dirigidos por pessoas em geral não comprometidas com a luta daqueles trabalhadores. (Alves, F.J. da C., s. d.)

3. Para um exame teórico desse ponto, ver: (Marx, K. 1983, Livro I, v. 1, seção IV; 1973, v. 2, cap. 30; Oliveira, C. A. B., 1977; Rosdolsky, R., 1979, cap. 16-17; Belluzzo, L. G. de M., 1980, cap. 3, item 3).

4. É a indústria, agora chegada ao campo, que faz com que o trabalho se torne realmente simples. Teoricamente, esse ponto foi estudado por: (Fausto, R., 1983, parte 2, cap. 3).

em que ainda eram expertos e em que havia uma certa identidade entre eles e a terra, com esta se lhes apresentando como um "laboratório natural", a ponto de já não mais almejam a volta de tal situação anterior, como ainda acontecia, de certa forma, com os trabalhadores assalariados dos anos sessenta e até mesmo setenta, e como ainda acontece com a maioria dos pequenos produtores semiproletarizados.

Há, objetivamente, um rompimento com o passado, ao qual segue um rompimento com as concepções nostálgicas e passadistas (Velho, O.G., 1980, p. 157-68; Rangel, I. 1986, p. 74). Com as modificações ocorridas nas condições objetivas da existência daqueles trabalhadores, também a subjetividade deles tende a se modificar⁵. Essas novas condições objetivas e subjetivas, põem para eles questões igualmente novas, relacionadas com as novas condições de trabalho e de vida, a que estão submetidos. Por isso, as suas reivindicações passaram a ser, desde então, essencialmente trabalhistas (Alves, C.F.J. da, s.d., p. 2) Significa isso que as suas reivindicações se tornaram mais gerais, isto é, comuns a todos os trabalhadores assalariados (Alves, C.F.J. da, s.d., p. 4). É basicamente em torno delas que se explicitam agora as lutas sociais no campo.

Parece ter ficado cada vez mais claro para eles que já não é mais a terra a principal responsável por suas penosas condições de trabalho e precárias condições de existência, mas, sim, o capital, representado pelos empresários. Até porque, a própria terra mudou. Ela não só deixou de ser, para eles, trabalhadores, uma espécie de "laboratório natural", de onde podiam extrair diretamente a sua subsistência, para ser uma mercadoria, como perdeu a capacidade de determinar a produção para o capital. Mais do que isso: além de estar compreendida por este, que se erigiu em o novo senhor do meio agrário de São Paulo, notadamente no subsector canavieiro, sobre o qual se centrará a nossa análise, ela própria, a terra, transfigurou-se em terra-capital.

É este elemento, personificado

Parece ter ficado cada vez mais claro para eles que já não é mais a terra a principal responsável por suas penosas condições de trabalho e precárias condições de existência, mas, sim, o capital, representado pelos empresários.

nos capitalistas, que os suga agora, procurando constantemente reduzir, ao mínimo possível, os seus salários e a prolongar e intensificar, ao máximo, as suas jornadas de trabalho. Esses procedimentos, muitas vezes, estão em profundo desacordo com as leis trabalhistas e os costumes sociais, e, por isto mesmo, apesar de condenáveis, os submetem a condições vis de trabalho e de vida.

Diante disso, os permanentes e, no geral, latentes conflitos entre o trabalho e o capital, vividos, respectivamente, pelos trabalhadores assalariados e pelos empresários capitalistas, fatalmente teriam que vir à tona. E vieram. Vieram em maio de 1984, por intermédio da greve iniciada em Guariba, em protesto contra o sistema de corte da cana introduzido pelas usinas em 1983⁶.

Até aquele ano, predominava, em tal operação, o sistema de cinco ruas. Nesse sistema, o trabalhador cortava a cerca de 3 400 metros lineares de cana por dia. Com a introdução do novo sistema, chamado sete ruas, a sua produção cai para cerca de 2 400 metros lineares. Isso porque, o trabalhador tem que andar mais para juntar a cana; além disso deve juntá-la em monte e não mais em leiras, de onde será depois mecanicamente carregada. Assim sendo, além de implicar uma compressão salarial para o trabalhador, esse sistema exige dele uma maior desgaste na execução da referida operação (Fátima, J. de, 1985, p. 179).

Por causa disso, os trabalhadores passaram a solicitar a volta do sistema de cinco ruas. Como os usu-

neiros não atenderam a essa solicitação, eles decidiram entrar em greve. Muito embora tenha sido este o principal motivo da greve, o seu estopim acabou sendo a revolta dos trabalhadores contra as taxas d'água cobradas pela Sabesp em Guariba.

A eclosão da greve contempla assim um certo espontaneísmo, gerado pelas condições de vida dos trabalhadores. Todavia, como acontece todos os anos, na época de safra, havia uma campanha salarial em curso naquela região. Alguns sindicatos tinham pautas detalhadas de reivindicações.

Paralelamente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vinha organizando reuniões e fazendo discussões, a esse respeito, com os trabalhadores. De forma que, em que pese o fato de o estopim ter sido aceso abruptamente, existia uma campanha salarial em curso, o que, de certo modo, nega o espontaneísmo. Além do que, tão logo o movimento grevista foi deflagrado, a liderança o assumiu, conduzindo-o até o seu final, que ocorreu quatro dias depois, quando foi firmado o acordo entre as partes que ficou conhecido como "Acordo de Guariba" (D'Incao, M.C., 1984, p. 4; Fátima, J. de, 1985, p. 181; Ferrante, V.L.B., 1986, p. 505).

A revolta começou com o protesto contra a Sabesp, eclodido na terça-feira do mês de maio de 1984, protesto esse, que culminou, nesse mesmo dia, com o incêndio desse órgão, logo depois estendido aos canaviais (Fátima, J. de, 1985, p. 179; Barban, V.A., 1989, p. 169-71). Sabiam os trabalhadores que reduzir a cinzas uma plantação significava correr o risco de ficar sem trabalho por um largo tempo. Mas também sabiam que, para os plantadores de cana, não há nada, ou quase nada, mais temível e terrível que o fogo nos canaviais (Barban, V.A. et al., 1986). Deflagrado o movimento, ele

5. Acerca da determinação social da subjetividade, ver: (Marx, K., 1983, v. 1, livro I, caps. 1 - 2 - 4; Marx, K. 1973, v. 1, caps. 2 - 3, v. 3, item 5; Silveira, P., 1989; Séve, L. 1980; Giannotti, J.A., 1966, cap. 4; Giannotti, J. A., 1983, cap. 5, item 3).

6. "O motivo principal da greve foi que os trabalhadores se negaram a continuar trabalhando com o sistema de sete ruas, implantado em 1983..." (Fátima, J., 1985, p. 179).

propagou-se por vários municípios do Estado, particularmente da região de Ribeirão Preto, onde contagiou os apanhadores de laranja, irradiando, desta forma, o conflito e a tensão a ele associada às cidades habitadas com a vida calma e pacata.

Também sob esse aspecto, o urbano chegava ao campo. Saques, incêndios de veículos, destruição de prédios, choques com a polícia, etc., passaram a compor o cenário do até então aparentemente sereno interior paulista. Completam a composição desse cenário, sindicalistas, agentes pastorais, militantes de partidos políticos, deputados, senadores e, até, ministros.

Subitamente, mais de cem mil trabalhadores ergueram suas vozes para protestar contra as condições de trabalho a que se submetiam, reivindicando reajustes salariais, a regularização da situação de assalariados, com a eliminação dos intermediários, o registro em carteira e os direitos trabalhistas decorrentes (Barban, V.A., 1989, p. 73; Barban, V.A. et al., 1986).

Explicitava-se, assim, o caráter eminentemente trabalhista das reivindicações, cuja intensificação fará com que floresçam as disputas entre o trabalho e o capital, as quais, até aí, permaneciam, no mais das vezes, ocultas nas profundezas dessa parcela da vida social, que é o meio rural paulista, revelando, de uma maneira praticamente inédita neste meio, o conteúdo classista daquelas disputas.

A luta incessante entre o capital, personificado pelos empresários do subsetor, e o trabalho, personificado pelos trabalhadores, torna-se então visível, configurando-se como uma autêntica batalha da qual os segundos dos contendores saem, desta feita, vitoriosos, obtendo algumas conquistas, a saber: o fornecimento gratuito pelo empregador de determinados instrumentos de trabalho, como o facão, a enxada, as luvas e tornozeleiras; o pagamento dos dias em que, por causa das chuvas ou de outro imprevisto, o corte de cana não possa ser feito; transporte de graça até o canavial ou o local de colheita da laranja e melhorias das condições de segurança do transporte – os ca-

Também sob esse aspecto, o urbano chegava ao campo. Saques, incêndios de veículos, destruição de prédios, choques com a polícia, etc., passaram a compor o cenário do até então aparentemente sereno interior paulista.

minhões terão que ser fechados, precisarão ter bancos fixos para que os trabalhadores não tenham que viajar de pé, e as ferramentas não poderão ser transportadas junto com os trabalhadores; requisitos mínimos de segurança no trabalho; pagamento de trinta dias pela empresa em caso de doença, etc. (Barban, V.A. et al., 1986, p. 37; Ferrante, V.L.B., 1986, p. 505/a).

Algumas dessas conquistas, cabe observar, não estavam atrasadas apenas em relação aos trabalhadores urbanos, cujos direitos trabalhistas lhes foram assegurados nos anos trinta, mas em relação aos demais trabalhadores assalariados rurais do Estado, os quais têm as suas atividades regidas pela legislação do trabalho desde 1963, bem como em relação aos cortadores de cana da Zona da Mata, em Pernambuco, que, em 1979, já haviam conseguido certas garantias, que só agora chegavam aos volantes paulistas: 13º salário e a Carteira de Trabalho assinada.

Os volantes de São Paulo adquiriram ainda o direito de fiscalizar o pagamento que recebem. A produtividade passou a ser medida diariamente, com a emissão, no final de cada jornada, de um comprovante especificando o total de cana cortado. Foi alterada, também, a tabela de pagamento: a cana de dezoito meses, mais difícil de se cortar, passou a valer Cr\$ 2.100,00 a tonelada, sendo que, antes desta alteração, se pagava Cr\$ 1.400,00 por tonelada de qualquer tipo de cana. Tudo somado, o salário médio de um cortador de cana, após o acordo, passou a ser de aproxima-

damente Cr\$ 200.000,00 por mês, em oposição aos Cr\$ 60.000,00, anteriormente auferidos. Mas a principal conquista desses trabalhadores da cana, na referida greve, foi, sem dúvida, o retorno ao sistema de corte de cinco ruas.

Quanto aos apanhadores de laranja, que também viram atendidas diversas das suas reivindicações, eles passaram a ganhar Cr\$ 210,00 por caixa colhida daquele cítrico, em vez dos Cr\$ 100,00 fixados pelos produtores no início da safra (Os canaviais..., 1984, p. 22).

O exposto parece não deixar dúvidas de que o acordo selado realmente significou uma vitória dos trabalhadores volantes. Faz-se mister mencionar, entretanto, que, não obstante as conquistas por ela acarretadas, todas, sem exceção, de cunho trabalhista e salarial, ainda há muito por se fazer em benefício de tais trabalhadores. Razão por que talvez seja este um dos motivos pelos quais, malgrado a trégua estabelecida, as disputas trabalhistas e as tensões delas resultantes nunca chegaram a ser extirpadas. Mesmo porque, o acordo teve validade somente para a safra de 1984/85. E ainda assim, com limitações. Algumas de suas cláusulas, como a que dizia respeito ao fornecimento de instrumentos de trabalho ao trabalhador, pelo empregador, jamais foram cumpridas. Ademais, a sua vigência acabou não se estendendo igualmente por todo o Estado. Sobre isto, alegava a Fetaesp não ter assinado acordo algum, convenção ou contrato coletivo, em termos estaduais, seja para os cortadores de cana, seja para os colhedores de laranja, motivo pelo qual a aplicação do acordo em todo território de São Paulo ficou prejudicado. Aliás a própria Fetaesp passou a ser questionada. Menos por isso e mais pela orientação por ela imprimida ao sindicalismo no Estado.

Na verdade, houve uma cisão, da qual emergirá, sob o respaldo da CUT - Central Única dos Trabalhadores, uma nova proposta para o movimento sindical rural paulista. Fato que acabou repercutindo na constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, para o qual concorreram duas chapas,

uma apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboticabal, e, de certa forma, respaldada pela Fetaesp, e outra defendida pela CUT. Encabeçada por José de Fátima, membro da comissão de greve de 1984, posteriormente eleito delegado sindical, esta última chapa venceu a eleição, com uma diferença de 25% dos votos. Por trás dessa disputa estavam, em nível nacional, a CUT e a CONCLAT - Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora, entidade esta com a qual a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e, por conseguinte, a Fetaesp se alinham (Ferrante, V.L.B., 1986, p. 507; Carvalho Neto, J.S. et al., s. d., p. 17).

No decurso desses acontecimentos, a campanha salarial permaneceu lançada e a mobilização social em andamento. O resultado inevitável disso foi o crescimento do movimento grevista, que se alastrou primeiro na região de Ribeirão Preto, depois noutras regiões, atingindo ao todo, cerca de sessenta cidades. Certo é que o Estado, na sua pretensa condição de árbitro, tentou, sem êxito, conter tal crescimento e alastramento. Procurou, num primeiro momento generalizar o acordo de Guariba⁷. Já em 1985, acenou com a criação de frentes de trabalho, ulteriormente contemplados com o Plano de Reforma Agrária do Governo do Estado de São Paulo⁸ e definido como assentamentos.

Esse ano de 1985 é marcado por duas greves, na região canavieira de Ribeirão Preto. A primeira delas é deflagrada logo em janeiro. Desta feita, os trabalhadores reivindicam basicamente a estabilidade no emprego ou o salário desemprego. Novamente o movimento é deflagrado por eles e, em seguida, encampado pelo sindicato, cuja liderança é agora sem dúvida mais representativa. E, mais uma vez, o Estado intervém, por meio de medidas assistenciais; além da já mencionada criação de frentes de trabalho, ele promove a distribuição de alimentos aos trabalhadores (Ferrante, V.L.B., 1986, p. 509; Foita, V.G., 1986, p. 86), através das prefeituras.

Apesar de a principal reivindi-

O Estado, em que pese toda a sua roupagem democrática, não hesitou em lançar mão da violência física, por intermédio da ação da Polícia Militar

cação dos grevistas - a garantia de emprego na entressafra - não ter sido atendida, eles conseguiram alguns ganhos, como a elevação dos salários das mulheres e das crianças e, em determinados locais, reajustes salariais para os homens, da ordem de 100%.

Finda essa greve, começa logo depois, em maio, uma nova onda de greves. O que se reivindica agora é a alteração da forma de pagamento do corte da cana por tonelada, pela de metro linear. A essa reivindicação, são acrescidas outras, a saber: reajustes salariais, contratos de trabalho de duração mínima de doze meses, pagamento da diferença por acidente de trabalho, salário família, licença gestante, salário integral, caso não seja possível trabalhar, por causa de chuvas ou outro motivo, estabilidade para os trabalhadores das comissões de negociação, transporte seguro, fornecimento gratuito de instrumentos de produção e equipamentos de proteção. Todavia, essa pauta inicial de reivindicação foi modificada. Com as modificações introduzidas, a pauta passou a ser a seguinte: diárias de Cr\$ 20.000,00, estabilidade para os trabalhadores integrantes das comissões de negociação, maior segurança e continuidade de emprego, contratação imediata dos desempregados, pagamento pelos dias parados, readmissão dos dirigentes sindicais demitidos (Ferrante, V.L.B., 1986, p. 510-11).

O ganho maior dessa greve resume-se na obtenção do piso salarial, extensivo somente aos trabalhadores da cana e da laranja, ganho esse, vale notar, conseguido após muita luta. O Estado, em que pese toda a sua roupagem democrática, não hesitou em lançar mão da violência física, por intermédio

da ação da Polícia Militar nos piquetes, nas invasões de casas dos trabalhadores, na utilização de bombas de gás lacrimogênio, etc. Repressão que se repetiria em Leme, na greve de 1986, quando houve duas mortes. Repetiram-se nessa greve, os acontecimentos de Guariba (No interior..., 1986, p. 30-4; Cenário fumegante..., 1986, p. 26-7), com a luta de classes se travando de maneira igualmente aberta e franca. Agora, além de reajuste salarial, reivindica-se estabilidade aos membros da comissão de negociação, garantia de afastamento por cento e vinte dias às trabalhadoras gestantes etc.

Nessa ocasião, os acordos firmados, por sinal isolados, assinalam alguns avanços, tais como o pagamento da cana por metro linear, o corte do ponteiro da cana depois de ter ela sido amontoada, a feita dos montes de cana numa proximidade menor, etc. No entanto, esses avanços não foram mantidos nos anos posteriores, repetindo-se, assim, o que já havia acontecido em 1984, em que as conquistas realizadas não se estenderam a 1985 (Equipe Fase, 1989, p. 36).

Em 1987, cento e trinta mil trabalhadores pararam as suas atividades. Nesse ano, a campanha salarial pautou-se pelo aprofundamento das disputas internas que vinham ocorrendo na Fetaesp há já algum tempo. Esse aprofundamento e o decorrente acirramento culminaram com o acordo coletivo por ela firmado, mas só assinado pelo seu presidente, por ser contrário à forma e ao conteúdo das práticas desenvolvidas pelos sindicalistas na região de Ribeirão Preto, que procuram realizar um trabalho

7. Isso, em franca conivência com a associação empresarial, a Faesp, e em desacordo com a Fetaesp, a qual se manifestara contra.

8. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, Diretoria Regional de São Paulo, Anteprojeto do Plano Regional de Reforma Agrária, São Paulo, dezembro de 1985. Não obstante o fato de os aludidos assentamentos funcionarem, em regra, como autênticos reservatórios de mão-de-obra, nos quais os trabalhadores desempregados ou subempregados se refugiam, eles vêm sendo explicados no meio universitário como uma reversão do processo de proletarização, a que se dá o nome de "desproletarização/recampanisação." (Bergamasco, S. et al., s.d.)

mais próximo dos assalariados, principalmente dos temporários, identificando-se, dessa maneira, mais com as causas destes trabalhadores que com as dos pequenos produtores, majoritários na Fetaesp (Equipe Fase, 1989, p. 35-8) e privilegiados pelo IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais de 1985 (Equipe Fase, 1985, p. 67).

No que se refere à forma, o acordo caracteriza-se por ter sido firmado "por cima", sem discussão com os sindicatos e muito menos com os trabalhadores, contrariando as campanhas salariais postas em prática desde os começos dos anos oitenta, as quais visavam uma mobilização e uma pauta colada nas reivindicações imediatas dos trabalhadores - segurança no transporte, eliminação do gato etc. - utilizando-se como estratégia a realização de assembléias. Quanto ao conteúdo, além de ignorar algumas conquistas trabalhistas feitas em anos precedentes, o piso salarial era inferior ao efetivamente pago, uma vez que os movimentos grevistas acabaram por propiciar um aumento dos salários (Equipe Fase, 1989, p. 32).

O fato de a diretoria da Fetaesp ser composta essencialmente por pequenos produtores (que apoiaram os encaminhamentos dados nesse ano de 1987), reforçou a idéia de desmembramento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, estes, sim, predominantemente de assalariados.

As divergências no interior da Fetaesp prosseguiram na campanha salarial de 1988. Nesse ano, o processo de unificação da pauta de reivindicações (subregional, regional e estadual) marcou-se por um clima de cisão entre o grupo de Ribeirão Preto-Araraquara e o restante da Fetaesp. Cisão que se torna evidente no momento da unificação da pauta, quando se põem, de um lado, a ala conservadora da Fetaesp, mobilizando todos os sindicatos sob sua influência, na grande maioria de pequenos produtores, e, de outro, o grupo de Ribeirão Preto-Araraquara, formado quase que exclusivamente por assalariados (Equipe Fase, 1989, p. 36-8).

Ainda no ano de 1988, com base nos resultados do seminário promovido pelo grupo de Ribeirão

A industrialização do campo transforma a massa da população rural. Ela é, em larga medida, a responsável pelo esvaziamento populacional do meio agrário, mediante a expulsão de trabalhadores residentes, dos quais uma parte se vê obrigada a deslocar-se periodicamente ao campo para nele trabalhar.

Preto-Araraquara, no qual, além de se debater sobre os efeitos da mecanização do corte da cana para o trabalhador, fez-se uma avaliação da estrutura sindical rural, em que se concluiu que a estratégia a ser adotada face à tal mecanização, intensificada a partir de 1987, é a luta articulada de todos os trabalhadores assalariados, incluindo-se os tratoristas, motoristas, operadores de máquinas, em que, a despeito de ser justificada pelo fato de estes últimos trabalhadores pertencerem, em regra, a sindicatos não combativos e atrasados (Equipe Fase, 1989, p. 36-8), já é na verdade, indicativa da similitude existente entre esses trabalhadores e os do corte da cana.

Fundamentalmente disto redundou a vicissitude de reestruturação sindical, concretizada em 16 de abril de 1989, com a criação do Sindicato dos Empregados Rurais, que, ao incorporar um estatuto que comempla também tratoristas, condutores de veículos e operadores de máquinas agrícolas, procura preencher um espaço de grande importância para a mobilização dos assalariados do campo, ainda não ocupado pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Essa reestruturação, efetuada sob a liderança dos sindicatos da região de Ribeirão Preto-Araraquara, implicou, naquela mesma data, as suas desfiliações da Fetaesp, e a subsequente fundação da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo - Feraesp (Equipe Fase, 1989, p. 38-9).

A industrialização do campo transforma a massa da população rural. Ela é, em larga medida, a responsável pelo esvaziamento populacional do meio agrário, mediante a expulsão de trabalhadores residentes, dos quais uma parte se vê obrigada a deslocar-se periodicamente ao campo para nele trabalhar.

Por outro lado, ao se processar, a industrialização promove a concentração da produção, do capital e da força de trabalho em determinadas linhas produtivas, esta última, no mais das vezes, de cunho intermitente e, paradoxalmente, da propriedade da terra. O excesso de gente e a sazonalidade do trabalho que contribui para gerar, dificultam a aglomeração dos trabalhadores. A intensificação da concorrência que daí deriva divide os seus interesses. A concentração da produção atua como contratendência, favorecendo a aglomeração da massa trabalhadora. A manutenção do salário e a garantia de emprego durante todo o ano, esses interesses comuns que possuem contra os patrões, acabam por reuni-los numa mesma coletividade: o sindicato e a sua Federação. Por isso, estes procuram sempre fazer cessar a concorrência entre os trabalhadores, para que eles possam competir com os capitalistas. De modo ambíguo, é preciso que se diga. Pois os sindicatos incluem em suas bandeiras de lutas a reforma agrária.

O que também acontece com a CPT, órgão que ensina os trabalhadores a lutarem pela terra, por ele diferenciada em "terra de trabalho" e "terra de negócio". Isso, convém observar, mesmo sendo raras as vezes em que a terra aparece no rol das reivindicações dos trabalhadores. Além do mais, segundo sabemos, ela não apenas se converteu em mercadoria, deixando de ser um "laboratório natural" ao trabalhador, como, ao fazê-lo, transformou-se em terra-capital.

Retomemos, contudo, as questões relativas à concorrência dos trabalhadores com os capitalistas. Se, num primeiro momento, a reivindicação dos trabalhadores é puramente econômica - salário, emprego, etc. - à medida que o movimento cresce e ganha projeção, levando os capi-

talistas a se manifestarem por meio da repressão, não raro com a ajuda do Estado, como aconteceu explicitamente em 1984 e 1986, o referido movimento tende a adquirir um caráter nitidamente político.

Este caráter é evidenciado não somente pela amplitude assumida pelo movimento grevista após 1983 e pela maneira franca e aberta em que se tem dado o embate, mas também pelas conquistas obtidas pelos trabalhadores; amplitude manifesta na participação de mais de cem mil trabalhadores e na sua propagação pelo interior paulista, envolvendo múltiplas cidades, bem como na intervenção estatal, por meio da repressão imposta pela polícia militar, da mediação de ministros e secretários, governadores, deputados, etc.; maneira franca e aberta da luta expressa nos incêndios, quebra-quebras, nos saques, nos piquetes, nas demissões e, sobretudo, no corpo a corpo com a polícia, marcado por espancamentos, ferimentos, prisões e mortes; conquistas que não se resumem aos reajustes salariais e à obtenção de direitos trabalhistas, mas que se estendem à aprendizagem política. Uma vez chegado a esse ponto, em que a luta de classes não só aflora na superfície social, como o faz da maneira mais crua possível, pondo a nu a sua contradição maior, o movimento adquire uma configuração política, pois esta não é senão a luta de classes (Marx, K. 1974/a, p. 136).

A industrialização do campo altera sensivelmente as relações sociais e, por conseguinte, a composição de classes, o que acarreta o estabelecimento de novas alianças e correlações de forças, em que os interesses assentados na propriedade da terra e do capital comercial são sobrepujados pelos interesses centrados no trabalho - salários, empregos, etc., pelo lado dos trabalhadores, para quem, não é demais reiterar, a terra deixou de ser uma espécie de "laboratório natural" - e no capital industrial, financeiro e agrícola - maximização dos lucros, pelo lado dos empresários.

A agricultura mudou. E não só a sua estrutura técnico-econômica (aí incluída a terra), mediante a sua industrialização; mas também a sua estrutura social, cuja composi-

A agricultura mudou. E não só a sua estrutura técnico-econômica (aí incluída a terra), mediante a sua industrialização; mas também a sua estrutura social, cuja composição é cada vez mais assimilada à urbana.

ção é cada vez mais assimilada à urbana. A essas mudanças se ligam a desruralização da população e a urbanização do campo. Num caso, o primeiro, verifica-se além do esvaziamento populacional e do conseqüente desenraizamento das pessoas do meio rural, constatáveis, respectivamente, no decréscimo relativo e absoluto do número daquelas pessoas e na mobilidade delas; o estabelecimento de uma nova sociabilidade, cujos nexos sociais são dados pela forma valor, na troca, onde as pessoas são indiferentes umas às outras, contando apenas e tão-somente o dinheiro que trazem em seus bolsos (Marx, K. 1972; Marx, K., 1983, v. 1, cap. 1 - 2 - 4; Rosdolsky, R., 1979, cap. 4 - 8). Noutro, o segundo, tem-se não só uma profunda modificação no modo de produzir, com a industrialização do agro, como nas maneiras de armazenar, comercializar, transportar, consumir e até mesmo viver. Isso sugere que a indústria impôs o seu modo de organizar a vida social à agropecuária, estando ambas submetidas a uma única e mesma dinâmica, a capitalista avançada, a qual é comandada pelo capital industrial e financeiro, associado ao Estado⁹.

Acresce-se ao que antes fora dito, o fato de um contingente razoavelmente amplo desses trabalhadores ter ascendido à condição de cidadãos desse mundo mercantilizado, o capitalista, ao serem totalmente expropriados, nada mais lhes restando senão a força de trabalho de que são portadores e com a qual comparecem no mercado, a fim de vendê-la, recebendo em troca uma dada quantia em dinheiro, seus

salários. Esta expropriação se estende ao saber específico de tais trabalhadores, provocada pelas mecanização, quimificação, biologização e divisão do trabalho que as acompanha, com o trabalho deles se tornando realmente simples e indiferenciado, ou seja, abstrato, o que lhes permite exercer qualquer função, como de cortar cana, apanhar laranja, e na construção civil, por exemplo, e que lhes confere identidade, em nível mais fundo que os conferidos pelo salário, que é uma categoria da superfície social¹⁰.

É nessas circunstâncias que são trocadas experiências e elaboradas estratégias de vida. Ao lado disso, aprendizagens de luta, principalmente operária, são assimiladas, seja diretamente, seja através de educação política (sindicatos, partidos, etc.), seja ainda por intermédio dos meios de comunicação modernos (rádio, televisão, filmes, vídeos, etc.). Da interação desses vários elementos resulta a formação de uma cultura nova, essencialmente urbana, que nada mais tem a ver com o rural, a não ser o local de consumo da força de trabalho, que é uma usina, fazenda ou sítio, só que, desde há muito, convertidos em empresas e orientados para o lucro.

Compreende-se assim, porque os trabalhadores rurais, particularmente os assalariados, fixos e volantes, tendem a se aproximar mais, em suas reivindicações e lutas, dos operários urbanos. Os seus interesses tornaram-se comuns. E a razão disto é simples: sem se desconsiderar a existência de diferenças internas nos assalariados rurais pode-se dizer, sem nenhuma arbitrariedade, que ambos são operários¹¹. E

9. Essa é também a conclusão a que chega Müller, válida para o conjunto da economia agrária paulista. (Müller, G. 1985/a; ver, ainda, a esse mesmo respeito, desse autor, os trabalhos por ele publicados, respectivamente, em 1982 e 1985/b).

10. Acerca desse último ponto, ver: (Oliveira, F. 1987, cap. 3, em particular p. 93).

11. Na feliz expressão de: (Ianni, O. "A classe operária vai ao campo", 1976). As diferenças entre os assalariados rurais decorrem da presença, dentre eles, de pequenos produtores, que se assalariam apenas periodicamente. Todavia, já são semiproletários, fato que os aproxima dos proletários. E se ainda se aferram à terra, não é porque, como se disse acima, resitem ao capital, o qual idealizam, quando não o personificam, e sim à proletarização, que os ameaça a todo instante.

que quem os explora e domina não é mais a terra e sim o capital¹². Este é, e não de agora, mas desde há muito, o senhor que a todos domina e subordina, inclusive a senhora terra.

E se ainda há os que se aferram a esta, não é por que resistem àquele senhor, mas sim à proletarização, que os ameaça. Ao se assenhorear de todos e tudo, o capital erigiu-se no novo senhor, sim, dos canaviais paulistas, e, por que não dizer, do meio agrário paulista; mas, ao fazer isso, assumiu a condição de principal e maior inimigo dos trabalhadores rurais¹³.

Ora, essas circunstâncias impõem a esses trabalhadores a necessidade de rompimento com a velha aliança, estabelecida em função do inimigo comum dos trabalhadores, isto é, do capital, e não mais da terra, como continuam pensando e apregoando muitos, aí incluídos, sindicalistas, membros de Federações e da Confederação dos mencionados trabalhadores, sendo esta, aliás, a posição majoritária em tais instituições¹⁴.

Pelo que se supõe, essa tendência deverá romper a aliança geral a que os trabalhadores rurais estão submetidos no sindicalismo brasileiro. Tudo indica que, ao se aprofundarem as transformações do campo e se elevar o nível de organização e de consciência dos trabalhadores rurais, mormente dos assalariados, o acesso à terra não mais poderá continuar figurando como bandeira unitária de luta do sindicalismo rural¹⁵. Haja visto que as greves têm priorizado as questões salariais e os direitos trabalhistas, que não passam pelo acesso à terra, mas pela luta contra os mandos e desmandos do capital.

Foi assim em 1984, ocasião em que a greve teve como causa principal a mudança do sistema de corte de cana de cinco para sete ruas; também foi assim nas greves de 1985 e 1986; na primeira destas, a de

O acesso à terra não mais poderá continuar figurando como bandeira unitária de luta do sindicalismo rural.

Haja visto que as greves têm priorizado as questões salariais e os direitos trabalhistas, que não passam pelo acesso à terra, mas pela luta contra os mandos e desmandos do capital.

1985, as principais reivindicações dos trabalhadores foram, respectivamente, a garantia de emprego na entressafra ou o salário desemprego, e a substituição do sistema de pagamento da cana por tonelada cortada, pelo de metro linear. É somente na campanha de 1988 que há menção à terra, dela constando a reivindicação de dois hectares para plantio de subsistência; no mais, as reivindicações são, rigorosamente, de cunho trabalhista (Alves, F.J. da C., s. d., p. 10-1; Silva, M.A. de M. et al., 1987, p. 10).

Mas, se tudo parece apontar nessa direção, por outro lado, com as crescentes mobilizações dos trabalhadores rurais, após 1983, os empresários agrícolas passaram a investir mais na mecanização do corte de cana, até então vista como anti-econômica. Do que redundou a diminuição do número de empregos, com notórias conseqüências sobre os volantes, cujo contingente decresce não só em razão da mecanização do corte da cana, mas também em função da nova racionalidade das usinas e destilarias de elevar o montante de trabalhadores fixos em detrimento dos temporários, atendendo, assim, se bem que

de maneira perversa, a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, a do contrato anual de trabalho¹⁶.

É sob esse contexto que se dá a reestruturação sindical. Agrupando todos os trabalhadores assalariados rurais, o novo sindicato apresenta-se como uma resposta a essas condições, bem como às práticas patronais de segmentação, cada vez maior, dos trabalhadores, pelos quais também exercem o seu domínio sobre estes (Equipe Fase, 1989, p. 39-40).

12. Sobre a subsunção da terra no capital, ver: (Silva, S, 1981, especialmente o cap. 3; "Estudos sobre a estrutura da produção e a questão agrária", 1984, notadamente o estudo no 3; Müller, G. 1982; Gnaccarini, J. C. 1988). Entre os clássicos, ver (Marx, 1974, t. 3, cap. 47, p. 741; Marx, 1974, p. 111-130).

13. A alusão afé a (Lenin, V.I. 1987/a, t. I, p. 143 - 360; 1987/b t. 6, p. 371 - 452). Mas ver, também, dentre os vários trabalhos de Müller, G., o de (1985/b).

14. Acerca da posição do sindicalismo frente à "questão agrária", ver: (Contag, 1979; Carvalho Neto, J.S. de s. d.; Alves, F.J. da C. s/d., p. 10 - 11). Vale expor a propósito a idéia de: (Lenin, V.I., 1987/b, t. 6, p. 397), de que "A terra não passa do capital para o trabalho, como apregoam os maus conselheiros dos trabalhadores... ela passa aos que têm dinheiro, capital, justamente com os quais é preciso lutar, em união com os operários da cidade".

15. E o que é pior, ao unificar o movimento, o sindicalismo suprime as reais e significativas diferenças existentes entre as várias modalidades de trabalhadores.

16. A mecanização do corte da cana acentua o desemprego, intensificando a concorrência entre os trabalhadores. (Cf. Equipe Fase, 1985, p. 11). Os usineiros alegam ainda que "as máquinas trabalham 24 h, não faltam, não fazem greve, não vão ao sindicato e não reivindicam aumento salarial. Por outro lado, argumentam também que está ocorrendo falta de pessoal para o corte de cana, pois, segundo eles, ninguém quer mais exercer essa atividade, devido ao desgaste físico que apresenta". Além do mais, "ainda segundo eles, o rendimento dos trabalhadores diminui com o avançar da safra e aumenta o número de trabalhadores faltosos. Se o rendimento no início da safra é de 100% (6,5 toneladas/dia por trabalhador), no final da safra a produtividade já caiu para 50%." (Alves, F.J. da C. 1989, p. 1173). De outro lado, os empresários já dispõem de c/ lhediras mais eficientes, fabricadas pela Dedini e Santal, que promoveram mudanças substanciais nas possibilidades de mecanização do corte (Alves, F. J. da C., 1989, p. 1170).